

Centro de Informação e de Memória da Arqueologia no Rio Grande do Sul

Lizete Dias de Oliveira

Laboratório de Arqueologia e Etnologia LAE-ULBRA

Curso de História - Universidade Luterana do Brasil

lee7@cpovo.net

O conhecimento difundido sobre o processo histórico do Rio Grande do Sul, incluindo-se o período “histórico” e o período “pré-histórico” fundamenta-se em uma estrutura bastante frágil e repleta de lacunas temáticas e cronológicas. Acreditamos que a organização e a difusão da informação produzida pelas pesquisas arqueológicas poderá sanar algumas dessas lacunas. O Centro de Informação e de Memória da Arqueologia do Rio Grande do Sul tem como objetivo principal facilitar o acesso às informações sobre o processo de constituição da identidade cultural sul-rio-grandense. Para isso propomos a criação de um banco de dados que centralize as informações em diversos níveis: de sistematização de informações sobre os sítios arqueológicos e sobre as instituições de pesquisa; de História Oral, através de entrevistas com arqueólogos e da constituição de uma Biblioteca Virtual formada por textos escritos por profissionais sobre a história e a arqueologia no Rio Grande do Sul e da produção de bibliografias. Sem isso, o conhecimento produzido tende a ficar restrito a um grupo e inevitavelmente perder-se ante a grande produção de informação característica de nossa época.

Introdução

A criação do Centro de Informação e de Memória da Arqueologia do Rio Grande do Sul objetiva incrementar a circulação de informações sobre o processo histórico do Rio Grande do Sul, buscando outros pontos de vista que não apenas a versão oferecida pela historiografia tradicional.

Apesar do grande número de obras editadas sobre a história do Rio Grande do Sul e de trinta anos de pesquisas em arqueologia, não possuímos uma visão clara sobre como se formou a sociedade sul-rio-grandense. Existem lacunas, tanto do ponto de vista cronológico, como do ponto de vista temático, que encobrem com uma névoa nossa visão e confundem nossa narrativa sobre esse processo. A base dessa fragilidade está, sem dúvida, na carência de trabalhos interdisciplinares e na tênue relação estabelecida entre os historiadores e arqueólogos e os profissionais da informação, bibliotecários e arquivistas. De um lado, o conhecimento produzido sobre esse processo histórico não é acessível à sociedade, não sendo difundido nem mesmo entre a própria comunidade científica. De outro lado, os documentos existem nos arquivos e bibliotecas, mas os profissionais das ciências humanas os desconhecem.

Justificativa

A formação social do Rio Grande do Sul configurou-se a partir do encontro de várias culturas diferenciadas, pois na América somos todos imigrantes, variando apenas a data de início do processo migratório, estabelecida de acordo com o recorte teórico de cada uma das disciplinas que se ocupa do passado. Para os arqueólogos esse processo inicia há 12 mil anos, data do mais antigo vestígio de presença humana no território sul-riograndense. Para os historiadores, esse processo tem início há 500 anos, com a chegada dos europeus na América.

Vários documentos produzidos desde o início desse processo histórico, sejam escritos ou cartográficos, materiais ou visuais, registraram aspectos da sociedade sul-rio-grandense, onde percebem-se nuances sobre a história do Rio Grande do Sul, que normalmente escapam ao olhar do historiador ou arqueólogo, que repetem indefinidamente a versão da historiografia tradicional.



Gravura de Jean Baptiste Debret – século XIX

A imagem acima, produzida por Debret, representa dois gaúchos do século XIX. Sendo um signo icônico¹, esta imagem concentra vários elementos herdados das culturas que formaram a nossa identidade cultural: o cavalo (introduzido pelos europeus), o gado bovino (introduzido pelos jesuítas para fixar os Guarani nas missões), as bolas de boleadeira (invenções dos primeiros caçadores-coletores que habitavam o território há doze milênios). Esses povos, dos quais herdamos nossos traços culturais, estabeleceram-se em momentos distintos, chegando em três ondas migratórias: inicialmente grupos de caçadores-coletores, posteriormente povos

horticultores-ceramistas falantes das línguas jê e guarani e, finalmente, povos afro-indo-europeus.

A última onda migratória começou a chegar ao território do Rio Grande do Sul no século XVI, a partir do Descobrimento, sendo responsável pela introdução de inúmeras inovações técnico-culturais, como o cavalo e o gado, o ferro como matéria-prima e as relações econômicas, políticas e sociais dos Estados Absolutistas Europeus, extremamente burocratizados.

Chegando ao Novo Mundo, essa onda migratória entra em contato com os descendentes de uma segunda onda migratória que chegara ao Rio Grande do Sul mil e quinhentos anos antes, por volta do início da Era Cristã. Eram povos horticultores, que domesticavam animais, produziam cerâmica e viviam em uma sociedade sem estado. Essa onda migratória era composta por dois povos distintos, originários de duas regiões diferentes do território brasileiro: uns vieram da Amazônia e falavam a língua guarani; outros chegaram do Planalto Central e falavam a língua jê. O contato estabelecido a partir de 1500 d.C entre culturas extremamente diferenciadas, tanto no que se refere à tecnologia, como às relações sociais e políticas, provocou estranhamento entre os dois lados.

Esse contato foi narrado pelos recém-chegados em diversas línguas, ou, mais precisamente, em diversos signos simbólicos²: latim, espanhol, português, francês, alemão, etc.. Através da imprensa, recém inventada, os relatos foram editados, em forma de livros, reproduzidos em vários exemplares, que ofereciam aos seus leitores textos e imagens. Iniciava-se um processo de difusão de informações que se expandiu na Europa rápida e irreversivelmente e o Novo Mundo tomava forma aos olhos europeus.

Como resultado do encontro, e num esforço de comunicação/dominação, os europeus aprenderam as línguas dos nativos e criaram dicionários e gramáticas das línguas indígenas. A língua guarani, até então uma língua oral, foi uma das que teve seus sons registrados em signos escritos, o que ocorrerá posteriormente com a língua jê, falada pelos atuais índios Kaingang. Assim, com a fixação e o registro das línguas nativas através da escrita, tornou-se possível conhecer o contato do ponto de vista de quem o vivenciou do lado oeste do oceano Atlântico e relativizar a história contada com base nos documentos produzidos pelos europeus.

Essa situação de contato iniciada nos séculos XVI e XVII, manteve-se por três séculos período em que no território sul-riograndense ainda haviam tribos indígenas que se mantinham afastadas, dentro de áreas desconhecidas, mas que começaram a ser ocupadas pelo recém-criado Estado Nacional Brasileiro, no século XIX. Durante três séculos foram produzidos documentos sobre esses contatos, que se encontram dispersos em arquivos e bibliotecas de várias partes do mundo, sendo que grande parte permanece inédita, à espera de profissionais da informação que os tragam à luz para serem conhecidos pelos historiadores e arqueólogos.

Com a “descoberta” de novos documentos, talvez a história possa receber novas matizes, diferentes das duas vertentes historiográficas existentes: a corrente luso-brasileira e a corrente platina. Essas correntes historiográficas determinam onde procurar as fontes para a pesquisa histórica a partir das quais o historiador e o arqueólogo basearão suas narrativas. A escolha dos arquivos a serem pesquisados e, conseqüentemente dos documentos consultados, é feita com base na concepção teórica dos pesquisadores, o que no final de um ciclo comprovará a versão histórica adotada pois os documentos confirmarão suas premissas. Esse ciclo vicioso entre concepção teórica e escolha de arquivos retroalimenta-se de forma a impedir novas interpretações sobre o processo histórico.

A importância do diálogo entre os profissionais da ciência da informação e das ciências humanas pode ser vislumbrada nas bibliografias produzidas no século passado. Algumas bibliografias e transcrições de documentos tornaram-se a fonte principal do conhecimento produzido sobre nossa história. Estas obras transcrevem documentos do momento do contato das duas últimas ondas migratórias. A importância dessas obras bibliográficas, que são na sua origem ligadas ao trabalho de bibliotecários e arquivistas, é fundamental para a narrativa da história do Rio Grande do Sul. De fato, desde sua produção, a história passou a ser contada a partir, e quase exclusivamente, dos documentos selecionados por esses autores. A grande maioria dos trabalhos acadêmicos produzidos desde suas publicações baseiam-se quase exclusivamente nestas transcrições, o que equivale a afirmar que muito pouco foi produzido que não seja apenas uma releitura desses documentos transcritos no século passado. Uma pesquisa de citações nas obras produzidas sobre o tema das missões jesuíticas, por exemplo, confirma essa afirmação. Contudo, sabe-se que esses documentos transcritos são apenas uma parte da

imensa documentação histórica produzida nesses cinco séculos. Ressalta-se, assim, a importância fundamental do trabalho interdisciplinar entre arquivistas e bibliotecários com os profissionais das ciências humanas, pois grande parte da documentação está a espera para ser consultada.

O mesmo movimento realizado pela história - que atualmente volta-se para outros objetos de pesquisa e outros tipos de documentos -, está sendo feito pela arqueologia, que passa a ocupar-se de outros temas e períodos, incorporando a seus métodos a pesquisa em documentos escritos³. Esse movimento da arqueologia em direção aos temas considerados tradicionalmente históricos, herda a influência das duas correntes historiográficas anteriormente citadas, tanto na interpretação da cultura material das sociedades, como até mesmo nos métodos de prospecção de sítios. Um dos métodos de prospecção arqueológica reconhecidamente eficiente é a pesquisa em documentos escritos, produzidos em grande escala desde a chegada de europeus. Novamente, a escolha dos arquivos onde serão procurados os documentos influencia as respostas obtidas. Podemos perguntar, por exemplo, por que não são escavados os sítios arqueológicos de antigos fortes espanhóis localizados no Rio Grande do Sul? Simplesmente porque alguns deles não foram localizados, pois a documentação espanhola não chegou a ser examinada. E que consequência traria a localização de sítios arqueológicos espanhóis mais antigos do que os sítios arqueológicos portugueses? Diríamos que o efeito de um grito no silêncio!

O silêncio é ainda maior: calamos sobre doze mil anos de presença indígena no Rio Grande do Sul. As pesquisas sobre nossa formação cultural não podem estar apenas baseadas na documentação escrita, produzida a partir da chegada dos europeus. Apesar de marcante, a herança cultural indígena é desconsiderada pela historiografia pois, só podendo ser resgatada através dos arquivos materiais do solo, seu estudo necessita de posturas interdisciplinares sérias e comprometidas.

Como afirmamos anteriormente, há dois mil anos os povos horticultores-ceramistas da segunda onda migratória chegavam no território sul-rio-grandense e o encontraram povoado pelos descendentes dos primeiros humanos que haviam chegado à região, há doze mil anos atrás. Desses primeiros caçadores-coletores não conhecemos o nome, não conhecemos a língua e nem seus costumes. Esse encontro não foi registrado por escrito, ou seja, não foram produzidas informações

arquivísticas⁴ durante esse processo. Entender esse contato e o acesso à cultura desses primeiros povoadores só é possível através da pesquisa nos arquivos materiais – os sítios arqueológicos - que preservaram restos de sua cultura enterradas sob o solo, oferecendo a possibilidade de reconstituir o cenário em que habitavam, seu modo de vida e até mesmo as relações entre as culturas. Sabemos, por exemplo, que esses povos caçavam com flechas de pontas líticas e cortavam árvores com machados também feitos de pedra, pois esses artefatos estão presentes nos sítios arqueológicos. Sabemos também que esses grupos utilizavam as bolas de boleadeira, da mesma forma como foram representadas por Debret na gravura produzida no século XIX e como as exibem os “típicos gaúchos” do século XXI.

Entretanto, a cultura material não fala por si. Esses vestígios, ou índices, para usar a terminologia semiótica, precisam ser interpretados e comunicados através de signos simbólicos – através de uma linguagem escrita ou oral – que produz um meta-discurso sobre eles. Em outras palavras, os signos indiciais, assim como os signos icônicos, não produzem meta-discursos: precisam de palavras para falarem sobre eles. Assim, toda a pesquisa arqueológica, que trabalha principalmente com indícios, interpreta-os e comunica suas interpretações através de discursos – verbal ou escrito. Para explicarmos o que significa um sítio arqueológico e o que ele nos informa através de seus vestígios, produzimos textos que “relatam” o conhecimento construído sobre a sociedade estudada, que foram registrados na documentação produzida a partir do trabalho arqueológico: relatórios, diários de campo, livros, etc.. Os vestígios por si só não produzem símbolos, não produzem um discurso sobre eles próprios⁵.

Constatamos que os resultados de décadas de pesquisas arqueológicas encontram-se dispersos nas diversas instituições existentes no estado e parte do conhecimento produzido permanece inacessível. Devido a metodologia de registro adotada, muitas informações estão reclusas aos pesquisadores e vão perder-se inevitavelmente com o passar do tempo. Estamos no momento limite para desenvolver um trabalho de sistematização da história da arqueologia através da pesquisa em história oral com os arqueólogos que realizaram as primeiras pesquisas. Torna-se necessária, portanto, a constituição de um Centro de Preservação da Memória que resgate a história do processo de constituição da

arqueologia no Rio Grande do Sul e que disponibilize na rede mundial as informações oferecidas pelos arqueólogos em suas entrevistas, oferecendo a cada cidadão a possibilidade de acesso ao conhecimento produzido.

Vários municípios pesquisados reivindicam os vestígios materiais retirados de sua comunidade mas não localizam o patrimônio material resgatado que está praticamente inacessível em alguma prateleira ou em algum porão de alguma instituição de pesquisa. A sociedade não tem acesso ao conhecimento produzido por essa disciplina, conhecimento esse, produzido em nome da sociedade e financiado por ela.

Atualmente não existem formas de conexão entre as diversas instituições de pesquisa que possibilite a troca de informações consistentes. O número de pesquisas realizadas e a massa de informação produzida crescem a cada ano, mas as instituições permanecem isoladas, sendo que o contato entre elas dá-se apenas de maneira informal entre os pesquisadores. Por outro lado as informações a respeito da cultura material não estão acessíveis à sociedade porque praticamente não existem publicações especializadas sobre a arqueologia no Rio Grande do Sul.

Assim, aliado e concomitante à criação de um Centro de Memória, é necessária a criação de um Centro de Informações sobre a arqueologia do Rio Grande do Sul, um espaço virtual onde as informações seriam decodificadas para uma linguagem mais acessível e publicadas em um veículo gratuito e acessível a todos.

Em resumo, queremos reforçar a constatação de que atualmente um dos grandes problemas da arqueologia no Rio Grande do Sul não é mais a falta de arqueólogos, como foi há algum tempo. Acreditamos que um dos grandes entraves ao desenvolvimento da arqueologia é a falta de um profissional da informação, que realize um trabalho de catalogação e indexação, que produza bibliografias e catálogos proporcionando o acesso às informações produzidas nas pesquisas arqueológicas. O trabalho de um profissional da informação trará benefícios para os arqueólogos, na medida em que facilitará sua comunicação, mas sobretudo para a sociedade, a quem pertence o patrimônio resgatado pelos cientistas e a quem deve voltar a informação e o conhecimento produzido nas instituições de pesquisa.

Objetivos

O Centro de Informação e de Memória é uma tentativa de facilitar o acesso às informações sobre o processo de constituição da identidade cultural sul-riograndense. Para essa tarefa propomos a criação de um banco de dados que centralizará as informações em diversos níveis, disponibilizado-as na rede mundial de computadores, tornando-a, dessa forma acessível a comunidade, sem custos para o acesso. O banco de dados contempla três eixos temáticos:

- de sistematização de informações sobre os sítios arqueológicos e sobre as instituições de pesquisa, com arquivos de documentos fotográficos produzidos nas escavações e de peças do acervo, mapas e relatórios de atividades dos projetos entregues ao IPHAN;
- de História Oral, através de entrevistas com arqueólogos que trabalham ou trabalharam no estado;
- de constituição de uma Biblioteca Virtual formada de textos escritos por profissionais sobre a história e a arqueologia no Rio Grande do Sul e da produção de bibliografias.

Reflexões sobre as escolhas metodológicas

A tarefa de sistematização a ser executada no Centro de Informação e de Memória da Arqueologia do Rio Grande do Sul não se constitui em uma novidade na história do conhecimento. Como lembra Peter Burke, por volta de 1600, existia um grupo que “pode ser apresentado na linguagem de nossos dias como ‘intermediários da informação’, porque punham estudiosos de diferentes lugares em contato entre si, ou como ‘administradores do conhecimento’, porque tentavam organizar o material, além de coletá-lo”⁶. Não será tarefa do Centro de Informação o resgate, a análise ou a interpretação da cultura material, mas apenas da indicação de caminhos para o acesso às informações e a publicação de textos em variados níveis de complexidade: tanto para um público leigo, assim como para o público de especialistas, colocando em contato os diversos pesquisadores e acessibilidade da informação.

A pesquisa, ou recuperação de informação de documentos não textuais, é apontada por alguns autores como uma das grandes desvantagem da utilização da Internet e de suas ferramentas de pesquisa. Segundo os críticos, “a procura de

fotos, por exemplo, está sujeita ao sistema de indexação estabelecido pelo arquivista”, pois o que se pesquisa é o nome do arquivo e não o conteúdo dele. “No caso das imagens em movimento a questão ainda é mais pertinente na medida em que vários segundos de imagem estão catalogados numa tipologia genérica sendo impossível referir todos os pormenores de cada *frame* do bloco de imagens”⁷. Entretanto, devemos lembrar que esse problema de recuperação de informação não é específico da Internet, e nem foi criado por ela, pois a questão está na indexação e na dificuldade de traduzir um signo icônico para um signo simbólico, ou um signo indicial para um signo simbólico⁸.

Uma característica da Internet, que é ao mesmo tempo sua virtude, trata-se da sua dimensão. Não são destituídas de significados as imagens que se formam sobre a rede, como um “oceano de informações” onde “se navega sem destino certo” ou “surfa-se” pegando ondas que desconhecemos para que praia nos levam. Nessa imensidão de possibilidades podemos nos perder a qualquer momento, pois não possuímos um mapa da rede, que por sua própria constituição reformula-se e recria seus caminhos a cada momento, além da quebra das *hiperlinks* (*The page cannot be displayed*) que significa que a informação não está mais disponível no endereço indicado⁹, perdendo-se irremediavelmente.

A produção de entrevistas com arqueólogos utiliza o método de história oral. O armazenamento das informações será realizado em um banco de dados disponível na Internet funcionando como depositário da memória da arqueologia do Rio Grande do Sul. A concepção do banco de dados inspira-se na experiência da Base de Dados do Centro de História Oral da Fundação Getúlio Vargas¹⁰. As vantagens da função da Internet como depositária da memória coletiva, já está consagrada para o armazenamento de informações, possibilitando um acesso quase irrestrito e imediato, sem que o pesquisador precise deslocar-se no espaço. Além disso, transforma o tempo de busca em apenas alguns momentos, dependendo do equipamento de cada usuário para a finalização do *download*.

A constituição de uma biblioteca virtual nos conduz à das editoras e dos direitos autorais¹¹. Durante a Idade Média, essas questões não estavam colocadas pois nos mosteiros editava-se e guardava-se o livros, ou seja, eram bibliotecas e editoras que funcionavam no mesmo local (*scriptorium*). Os livros eram raros, não sendo necessários catálogos e nem sistemas de indexação. Com a invenção da

imprensa a produção de livros passou a ser realizada por editores, e as editoras multiplicaram-se de tal forma que o processo foi comparado à uma explosão.

Criou-se, nesse mesmo processo, o conceito de direitos autorais, sua legislação posterior para regulamentar as relações do autor com as editoras. Na relação tradicional, o autor escreve, os livros são impressos pela editora e depois distribuídos, sendo que o acesso à obra é obtido por intermédio de relações comerciais, com o pagamento de direitos. A Internet, e as bibliotecas virtuais, inverteram essa ordem, pois atualmente as obras são distribuídas, ou colocadas na rede, e posteriormente impressas, ou não. Podendo ser impressas na íntegra ou apenas em partes e até mesmo modificadas. Atualmente o autor pode publicar suas próprias obras a custos baixos ou simplesmente colocá-la na Internet e difundi-la mundialmente, abdicando ao valor comercial. O projeto da Biblioteca Virtual sobre arqueologia pretende disponibilizar informações e textos produzidos pelos pesquisadores, além de permitir o acesso online a baixo ou nenhum custo, possibilitando ainda o acesso às instituições através de *links*.

O problema da preservação da integralidade das obras, que podem ser facilmente corrompidas com a utilização da informática, apresenta-se atualmente com força total e tornar-se-á, sem dúvida, uma das questões a serem resolvidas pelas sociedades em diversos níveis, do direito à ética. Mas essa questão, geralmente atribuída às tecnologias próprias das sociedades da informação, que reveste-se de uma atualidade incontestável, nos remete a uma situação anterior à escrita, ao tempo das sociedades orais, onde a memória era guardada coletivamente, contada e reelaborada de geração em geração, pelos guardiões da memória que transmitiam os saberes da sociedade. Com a invenção da escrita engessou-se as narrativas, como aconteceu, por exemplo, com a Odisséia de Homero, que sendo lida e não mais recitada, perdeu a possibilidade de recriação. Mas os estudos de *palimpsestos*, textos que se escondem sob outros textos, estão trazendo à luz antigos textos desconhecidos de parte do patrimônio cultural da Europa que estava escondido. E esse estudo só é possível graças à utilização da informática¹².

A biblioteca virtual desenvolve as atividades tradicionais de qualquer biblioteca, realizando a pesquisa do inventário nas diversas instituições, criando catálogos eletrônicos e indexação. Os catálogos eletrônicos na Internet permitem

buscas variadas independentemente do local e hora do acesso. Entretanto, é preciso salientar que embora a localização das informações bibliográficas na Internet, através de catálogos seja uma tarefa rápida, isso não quer dizer que o documento poderá ser acessado, pois isso dependerá de acertos com as instituições. A automação dos catálogos é somente a primeira etapa que pode ou não ser seguida pelo acesso do texto completo, que depende de inúmeras variáveis.

Considerando as vantagens e desvantagens oferecidas pela Internet e pelas tecnologias da informação em geral acreditamos que o Centro de Informação e de Memória da Arqueologia no Rio Grande do Sul cumprirá importante papel no que diz respeito à acessibilidade da informação, produzida em grande escala mas fragilmente divulgada. Considerando o atual estágio em que a história e a arqueologia do Rio Grande do Sul encontram-se, o Centro de Informação e de Memória da Arqueologia no Rio Grande do Sul não pretende realizar pesquisas arqueológicas, mas trabalhar com informações que ofereçam acessibilidade e contribuam para a disseminação e difusão do conhecimento produzido pela arqueologia a respeito do passado da sociedade sul-rio-grandense.

Notas e referências bibliográficas

¹ A matriz teórico-metodológica utilizada nesse projeto de pesquisa repousa sobre a Teoria Geral dos Signos de Charles Peirce. OLIVEIRA, , Lizete Dias de. *Les Réductions Guarani de la Province Jésuite du Paraguay – étude historique et sémiotique*. Lille: Presses Universitaires du Septentrion, 1997.

² Todas as línguas são signos simbólicos e pertencem a terceridade semiótica, pois existem nelas algo de convencional e arbitrário.

³ OLIVEIRA, Lizete Dias de e SYMANSKI, Luís Claudio. Arqueologia Histórica no Sul do Brasil: um breve panorama. *Revista do CEPA/UNISC*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1999.

⁴ Entendemos o conceito de Informação Arquivística da mesma forma como foi empregado por Lopes que a define através do registro e da gravação que pode ser em um suporte convencional ou eletrônico. LOPES, Luis Carlos. *A informação e os arquivos: teoria e prática*. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCar, 1996.p.35.

⁵ A semiótica lembra que, se por um lado não existe possibilidade de criar um metadiscorso visual sobre as imagens feito apenas por imagens, por outro, o discurso verbal é formado por uma parte icônica e uma parte indicial. Assim, a língua falada ou escrita - os signos simbólicos - precisam necessariamente referir-se a um ícone e a um índice para transmitir sua mensagem. OLIVEIRA, 1997

⁶ BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 31.

⁷ CANAVILHAS, João Messias. *A Internet como Memória*. Universidade da Beira Interior. <http://bocc.ubi.pt/_listas/tematica.php3?codt=14>.

⁸ Sobre a questão da tradução e transposição de signos icônicos e indiciais para signos simbólicos, pode-se consultar OLIVEIRA, Lizete Dias de. Os Registros Visuais dos viajantes europeus na América Meridional. durante o século XVI. *Textura*. Canoas: Editora da ULBRA, 2000; OLIVEIRA, 1997.

⁹ CANAVILHAS, 2004.

¹⁰ ALBERTI, Verena. Narrativas na história oral. In: Simpósio Nacional de História. (João Pessoa, PB). *Anais eletrônicos*. João Pessoa, PB: ANPUH-PB, 2003. 10f. - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC / FGV – www.cpdoc.fgv.br; FARIA FILHO, Luciano Mendes de (org.). *Arquivos, fontes e novas tecnologias: questões para a história da educação*. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

¹¹ A busca da autoria, que começa na Idade Moderna, deu-se pela repressão e pela censura e não pelo mérito do autor. Roger Chartier retoma essa questão que havia sido colocada por Foucault com o conceito de “apropriação penal”. CHARTIER, Roger. *A aventura do livro do leitor ao navegador – conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Fundação Editora ENESP, 1998, p. 23-26.

¹² POIRIER, Hervé. *Science & Vie*. Paris: Excelsior Publications, nº 1041, junho de 2004.